

ESTADO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INTERESSE PÚBLICO: DESENVOLVIMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM DEBATE

State, social mobilization and communicative processes: development and public health in debate

Estado, movilización social e interés pública: desarrollo y salud pública en debate

Carlise Schneider Rudnicki

Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Desenvolvimento Rural/UFRGS.

E-mail: carlise.rudnicki@ufsm.br

Jaqueline Quinozes Kegler

Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Extensão Rural/UFSM

E-mail: jaque.kegler@gmail.com.

Verenice Zanchi

Doutoranda em Desenvolvimento Regional, UNISC.

E-mail: verenice.zanchi@gmail.com

Resumo

O artigo aborda as percepções da população do Vale do Rio Pardo sobre a relação entre Estado, política e empresas privadas de tabaco, devido a importância de pensar sobre os processos de organização social de famílias que cultivam, ou já cultivaram, tabaco. Mobilizar-se é um processo comunicativo, que envolve variáveis distintas e em âmbitos diversos. Os respondentes apontam que o Estado tem obrigação de apoiar as empresas privadas de tabaco em prol do desenvolvimento econômico da região.

Palavras-chave: Comunicação. Mobilização. Desenvolvimento. Interesse Público.

Abstract

The article discusses the perceptions of the population of the region of Santa Cruz do Sul on the relationship between State, politics and private tobacco companies, considering the importance of thinking about the processes of social organization of families that cultivate, or have already cultivated, tobacco. Mobilizing is a communicative process involving different variables and in different contexts. Respondents point out that the State has an obligation to support private tobacco companies for the economic development of the region.

Keywords: Communication. Mobilization. Development. Public Interest.

Resumen

El artículo aborda las percepciones de la población del Vale do Rio Pardo sobre la relación entre Estado, política y empresas privadas de tabaco, debido a la importancia de pensar sobre los procesos de organización social de las familias que cultivan, o ya cultivaron, tabaco. Movilizar es un proceso comunicativo, que implica variables distintas y en ámbitos diversos. Los encuestados apuntan que el Estado tiene obligación de apoyar a las empresas privadas de tabaco en favor del desarrollo económico de la región.

Palabras-clave: Antropología. Imágenes humanas. Imaginario. Imaginación. Vuelta icónica.

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 2 – Comunicação e Sociedade Civil do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

I. Cenários e disputas: formações discursivas em questão

A relação entre comunicação, política e sociedade pode ser pensada a partir da busca pela visibilidade e legitimidade dos discursos. Segundo Weber (2006), os movimentos da política na contemporaneidade disputam, cada vez mais intensamente, espaços de visibilidade midiática usando complexas estratégias para viabilizar relacionamentos e produzir informações com potencialidade para repercutir. Podemos considerar que todas as posições dos sujeitos, bem como as estratégias discursivas, são aquelas autorizadas em níveis anteriores, na dispersão de elementos e nas relações instituídas. A produção do tabaco e a atuação das empresas têm sido objeto de um intenso debate público. Além de aspectos econômicos e políticos, o tema do controle do tabaco implica questões socioculturais (símbolos, discursos, representações). Nesse sentido, a proposta pretende discutir sobre as percepções da população rural da região de Santa Cruz do Sul sobre a relação entre Estado, política e empresas privadas de tabaco. Portanto, busca refletir sobre possibilidades e entraves nos processos de organização social de famílias que cultivam, ou já cultivaram, tabaco no Vale do Rio Pardo/RS.

A região se caracteriza pela cultura do tabaco, cuja produção, beneficiamento, comercialização e industrialização são constituídas por empresas nacionais e estrangeiras de diferentes portes. O cultivo do tabaco requer o uso intensivo de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos, trazendo inúmeros problemas de saúde à população, ao meio ambiente e ao usuário do produto final (cigarros e assemelhados).

A produção do tabaco que se constitui, centralmente, da agricultura familiar, envolveu nos três estados do sul do país, em 2016, aproximadamente 144.320 famílias, mais precisamente 577.280 pessoas, distribuídas pelos 574 municípios produtores. Cabe destacar que mais de 40.537 famílias trabalham em regime de parceria, ou seja, não são proprietários da terra. As propriedades têm em média 15,2 hectares (AFUBRA, 2016).

Assim, a agricultura familiar destaca-se como importante segmento social, principalmente nas regiões colonizadas por imigrantes europeus ao longo do século XIX. Mesmo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, tendo gerado mudanças significativas, foi mantido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (Pronaf), mais especificamente o texto do Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.

Tal cenário nos leva a pensar a situação deste grupo de famílias produtores, cerca de 200 mil famílias, nos três estados do Rio Grande do Sul (RS, SC e PR) como questão de interesse público. Não apenas porque fala sobre a vida de pessoas que vivem de uma agricultura que, no lugar de alimentos, cultiva um produto tóxico, mas porque utilizam grande número de agrotóxicos que acarretam problemas de saúde como a doença da folha verde, depressão, a acefalia em recém-nascidos, dentre outros. Conforme a revista científica *PLOS Medicine* (2012), em comparação com o período de 1989 a 2010, a queda (percentual) de fumantes no Brasil foi de 46%, tendo em vista as ações de políticas de controle do tabagismo implementadas no país. De acordo com a estimativa, cerca de 420.000 mortes foram evitadas neste intervalo [2010/2012] ([PLOS Medicine, 2012](#)).

Ademais, frente às empresas de tabaco, a organização social dos agricultores, perante o sistema de produção integrada, demonstra que a busca por informações, debates e novas alternativas de cultivo se apresentam de forma incipiente e desorganizada.

Apesar das diferenças entre as regiões, o sistema de produção vigente apresenta um elemento chave para a sua manutenção: o orientador técnico, contratado pelas empresas para orientar as famílias em todas as etapas do plantio. A partir das relações de proximidade, como parentesco e amizade, este tem como função instruir e acompanhar as fases do plantio nas propriedades dos produtores de tabaco. É esse instrutor que media as relações, inclusive a operacionalização dos contratos formais firmados entre as empresas. Nesse sentido, o papel do orientador é também crucial na assinatura dos contratos, pois é ele quem orienta o produtor na propriedade. A contratação da produção do tabaco requer a assinatura de documentos, como pedidos de insumos, receituário agrônomo, cadastro de produtor (para que possam ser efetuados futuros financiamentos), autorização de seguro Afubra, para o caso de chuva de granizo, carta da anuência (caso o produtor seja arrendatário), declaração de ausência de débito de imposto territorial e adesão ao programa “O futuro é agora”.

Neste “emaranhado” de contratos e de relações informais (RUDNICKI, 2012), o embate travado entre os anti-

tabagistas e os defensores do setor produtivo do tabaco, cada força em disputa apresenta-se como defensora do interesse público, mobilizando argumentos específicos para legitimar suas posições, argumentos estes que, discursivamente, acionam razões e valores reconhecidos como legítimos pela sociedade. Sob essa ótica, no debate sobre controle do tabaco tencionam-se e contrapõem-se as ideias de controle do Estado *versus* direito à liberdade individual de escolha; saúde pública e meio ambiente *versus* doença, morte e poluição; trabalho, geração de riqueza e impostos x desemprego, perdas financeiras e restrição do desenvolvimento econômico (BALDISSERA, SARTOR e RUDNICKI, 2015).

Para Kunrath (2010), as ciências sociais brasileiras apresentam uma diminuição das reflexões voltadas ao estudo dos processos de construção e atuação dos atores sociais desta sociedade. As discussões sobre saúde pública em regiões de tabaco consolidam-se como temas de interesse público que motivam intensos embates discursivos, protagonizados por agentes do Estado e da sociedade civil, no âmbito da esfera pública. Paradoxalmente, tem-se “uma intensa mobilização de atores sociais e da significativa expansão de espaços institucionais abertos à participação destes atores” (2010, p.3).

O mundo mediado pela comunicação faz parte da forma como as comunidades humanas produzem sentidos (significados), ou ainda, a comunicação como um ‘processo de construção e disputa de sentidos’ (BALDISSERA, 2004). As disputas por legitimidade, na teia de relações entre sociedade, política e comunicação, no âmbito da cadeia produtiva do tabaco, têm se apresentado como importante espaço de pesquisa.

Também é pertinente apontar a “confiança” como um tema a ser contemplado em estudos posteriores, pois a confiança, seja entre os pares (comunidade), seja nas instituições que permeiam o cotidiano dos sujeitos (famílias, empresas, igrejas, associações, governos), permeia as relações e permite solidariedade.

Entende-se a mobilização social como um processo comunicativo, aproximando a área de Relações Públicas e os processos mobilizadores (MAFRA, 2006). Assim, mobilizar-se é um processo complexo e que envolve variáveis distintas e em âmbitos diversos. Para Marques e Mafra (2013), a mobilização social a partir das lentes da comunicação se encontra intrinsecamente envolvida com o estabelecimento

de processos comunicativos entre os diferentes atores que compartilham uma causa. Nesse sentido, o trabalho destaca a necessidade de ampliar esforços voltados ao tema, no sentido de entender como os sujeitos têm ocupado, ou não, seus espaços, já que a comunicação pode ser considerada uma tecnologia social, na medida em que tem a capacidade de engajar/mobilizar.

Portanto, as Relações Públicas, a partir de sua dimensão estratégica e política (SIMÕES, 1993), podem instaurar modalidades de comunicação participativa com as famílias rurais, planejando, com base em aspectos próprios a cada dimensão, ações de mobilização, qualificando as relações com os públicos a partir das modalidades de interação que cada dimensão apresenta. Ainda, compreendendo-se a área como atividade baseada na construção de relacionamentos entre instituições/organizações com os diversos públicos, a comunicação para a mobilização social (MAFRA, HENRIQUES E BRAGA, 2004) compõe-se na promoção de vínculos entre os públicos e os projetos voltados ao desenvolvimento nas regiões rurais.

Isto posto, abordar o desenvolvimento das relações no campo é fundamental para compreender a complexidade das mudanças no ambiente socioeconômico que impactam não apenas a vida no rural, mas toda a sua dinâmica em relação aos espaços urbanos. As transformações sociotécnicas¹, (ou seja, diferentes apropriações das tecnologias pelos atores sociais) decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, associados à necessidade cada vez maior de “novidades” têm demonstrado suas limitações e as múltiplas facetas que emanam de realidades distintas, por vezes, conflitantes. Os processos de desenvolvimento são de continuidade e mudanças, que reproduzem e reafirmam as características agrícolas como práticas que são transformadas no decorrer do tempo. A produção de novidades pode ocorrer em diferentes atividades e domínios dentro do desenvolvimento, por exemplo, na agroecologia e produção orgânica de produtos, produção e processamento de alimentos (as agroindústrias, ervas medicinais e aromáticas, alimentos com qualidades específicas), formação de novas organizações sociais (cooperativas, asso-

¹ Parte-se da ideia de uma conjuntura sociotécnica (SODRÉ, 2002), já que as tecnologias se apresentam como elemento modificador constante dos processos, dos comportamentos e dos ambientes sociais, levando-se em consideração, também, a influência destes sobre as tecnologias.

ciações, redes), em atividades não agrícolas (serviços rurais, turismo, gastronomia), na venda da produção e distribuição (novos mercados, canais, ponto de venda, etc.). É importante debater e aprofundar em nível teórico, assim como enriquecer nos estudos empíricos, os principais aspectos intrínsecos a estas transações, e como isso impacta nas relações humanas, em como os atores sociais locais desempenham papéis ativamente, na medida em que estas transformações vão sendo postas em curso no desenvolvimento da sociedade.

Ressaltamos que a noção de interesse público apresenta um sentido “elástico” e tende a ser utilizada, estrategicamente, por diferentes sujeitos, no intuito de legitimar visões de mundo diversas e mesmo antagônicas entre si:

O princípio do “bem comum”, base filosófica da ideia de primazia do interesse público (BOBBIO, 2012), não estabelece critérios objetivos capazes de determinar a priori qual dos argumentos em disputa num dado debate público estão alinhados ao interesse público ou a interesses privados (BALDISSERA, SARTOR e RUDNICKI, 2015, p.16).

Se a ideia de interesse público permeou as discussões, no sentido de negar a saúde pública como relevante para as discussões na região, a temática transversal surgiu ao longo das entrevistas foi o “medo”, nas mais variadas formas, seja em cessar o plantio, em permanecer no cultivo ou a possibilidade de corte governamental da atividade. Marilena Chaui, ao dissertar sobre o medo, ressalta que ele se refere a um sentimento que se alastra e propicia um caminho para a servidão:

Do que se tem medo? Temos medo do grito e do silêncio; do vazio e do infinito; do efêmero e do definitivo; do para sempre e do nunca mais; [...] temos medo do esquecimento e de jamais poder deslembrar. Da insônia e do não despertar. Do irreparável. Do inominável. Do perigo e da covardia; do que fizemos e do que deixamos de fazer. Temos medo do ódio que devora e da cólera que corrói, mas também da resignação sem esperança, da dor sem fim e da desonra. É, então, quem sabe, desse medo que esteriliza os abraços, que descobrimos não temos medo disso ou daquilo, de algo ou de alguém, já nem mesmo medo da nossa própria sombra, somente medo do medonho. Medo do medo. Juntamente com o ódio, o medo, escreveu Espinosa, é a mais triste das paixões tristes, caminho de toda servidão. Quem o sentiu, sabe. (CHAUÍ, 1987, p.38-39).

A trama dos afetos, como ódio, medo, paixão, dentre outros, tem sido investigada por diferentes autores. Spinoza (1965) sublinha que a afeição aumenta ou diminui a potência de agir, em Foucault (2008), fundamentado na ideia de biopolítica, podemos pensar o medo como um dispositivo de controle. Em Delumeau (1996), o medo diz respeito a um hábito de temer uma ameaça. Ou ainda, segundo a obra organizada por Adauto Novaes (1987), as paixões, as quais não se tratam de impulsos que nos levam a praticar uma ação, mas como “[...] o que dá estilo a uma personalidade, uma unidade a todas as suas condutas” (CHAUÍ, 1987, p. 23). Portanto, se um afeto negativo proporciona uma diminuição na potência de agir, pronuncia-se como uma forma de mecanismo de controle social, ou como um hábito arraigado frente a uma ameaça.

2. Sobre a análise dos dados e as falas durante as discussões

Mais do que entender se as falas/opiniões se referiam a uma reprodução dos discursos midiáticos, preocupou-se com as formas pelas quais os sujeitos se utilizam dos discursos midiáticos para apoiar seus interesses e legitimar (justificar) os discursos e as verdades disponíveis para sua reprodução no mundo. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 71 moradores nas regiões rurais. O critério de escolha dos entrevistados durante a mobilização foi: a) sujeitos produtores de tabaco em atividade laboral e b) moradores do Vale do Rio Pardo. Para definir-se a quantidade de grupos e indivíduos considerou-se o critério da saturação, quando as respostas começavam a repetir-se, sem acréscimo de novas informações. No final do instrumento de pesquisa uma questão aberta permitia reflexões dos sujeitos sobre a relação entre poder público municipal e organizações de tabaco, sob a perspectiva do interesse público.

Além disso, foram entrevistados em profundidade seis (6) jornalistas de jornais da região no intuito de saber a percepção destes sobre saúde pública, as organizações privadas e também a relevância da noção de interesse público para a imprensa.

Os dados dos questionários foram organizados a partir do aplicativo de criação de planilhas eletrônicas Excel. Foi criada uma tabela, contendo todos os entrevistados, três

afirmações do setor público (afirmativa 1 - A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município; afirmativa 2 - As empresas são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura; afirmativa 3 - A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige) e uma afirmação sobre saúde pública (afirmativa 4 - Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volumosos aos cofres públicos). A tabela foi ordenada por idade e estruturada em blocos de acordo com a faixa etária (30-39 anos, 40-49 anos, 50-59 anos e 60-69 anos). Ressaltamos que não foram encontradas idades inferiores às faixas etárias estruturadas no artigo.

As entrevistas em profundidade com os jornalistas foram analisadas a partir de Michel Foucault no intuito de pensar as diferentes práticas discursivas encontradas na mídia local e as respostas dos sujeitos.

A partir dessa organização foram criadas tabelas de resposta, segundo as respectivas faixas etárias, convertidas em percentuais. Estas revelaram: a) homogeneidade nas respostas das afirmações relacionadas ao setor público (3 primeiras questões), em todas as faixas; e b) heterogeneidade na opinião da afirmação relacionada a área da saúde (questão 4), tanto com relação à faixa etária quanto a opinião dentro da mesma faixa.

Os entrevistados, moradoras da região do Vale do Rio Pardo, apresentam grau de escolaridade homogêneos, conforme a Tabela I – Escolaridade, abaixo:

Tabela I - Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	
Escolaridade	%
Fundamental incompleto	92
Fundamental completo	4
Médio completo	4
Total	100

Fonte: Próprio autor (2017)

Na sequência apontamos as tabelas geradas, no intuito de apresentar a homogeneidade das percepções dos sujeitos em relação ao desenvolvimento econômico como prioridade

frente à noção de interesse público. Também se entende que há um envelhecimento deste grupo, dado que não foram encontrados produtores com idade inferior a 30 anos.

Evidenciamos duas principais formações discursivas: a) defesa da saúde pública e b) defesa do desenvolvimento econômico da região. Em relação à primeira, a defesa da saúde pública como uma das formações discursivas presentes no debate sobre o controle de tabaco, relaciona-se principalmente ao relato jornalístico das manifestações de ONGs antitabagistas, especialmente da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), da qual integrantes são citados como fontes de informação e têm declarações reproduzidas por alguns dos periódicos selecionados. O discurso da defesa da saúde pública manifesta-se a partir de alguns eixos principais: a) ênfase na importância das políticas para prevenção e redução do tabagismo mundial; b) a crítica à participação do Governo Federal no evento (considerada insuficiente); e c) a necessidade de debater alternativas

Conforme se percebe nas três primeiras afirmativas, em que impera a segunda formação discursiva presente no debate sobre controle do tabaco, temos a defesa da economia produtiva do tabaco, que se relaciona principalmente às manifestações de organizações econômicas relacionadas à indústria tabagista. Tal discurso manifesta-se a partir da preocupação e temor com o possível desmonte do sistema de produção agrícola da fumicultura (ameaça à extensão rural e à assistência técnica, bem como possibilidade de empobrecimento da região produtora); da geração de emprego e renda por parte da indústria do tabaco; da ameaça à produtividade e à qualidade do tabaco produzido no Brasil; da ênfase nas políticas de combate ao comércio ilícito do tabaco; posição do governo brasileiro contrária à redução das áreas de cultivo; e da tradição do plantio.

Seguem abaixo principais apontamentos sobre os dados organizados, tendo em vista que a investigação tem como objetivo central entender de que forma as verdades instituídas, ou ainda, as formações discursivas, influenciam a possibilidade de engajamento social.

Tabela 2- Faixa Etária 30-39 Anos

Afirmativa Escala de Lickert	A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.	As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura.	A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.	Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volúmosos aos cofres públicos.
1 - Discordo Tot.	15%	0%	0%	15%
2 - Discordo	0%	0%	0%	8%
4 - Concordo	23%	46%	54%	15%
5 - Concordo Tot.	62%	46%	31%	8%
6 - Sem opinião	0%	8%	15%	54%

Fonte: Próprio Autor (2017)

Conforme a Tabela 2, em relação à Afirmiação 1 (a prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.), 23% dos respondentes concordam e 62% concordam totalmente, ou seja, 85% concordam. Do total, 15% se pronunciou “sem opinião”. Na afirmação 2 (as empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura), 46%

dos entrevistados concordam e 46% concordam totalmente (92% concordam). Nesta questão, apenas 8% não têm opinião. Portanto, pensar sobre a relação entre as duas afirmativas revela que receber apoio das empresas é concebido como uma ação legítima e, em especial, no momento em que afirmam que as empresas são um bom exemplo para a região.

Tabela 3 - Faixa Etária 40-49 anos

Afirmativa Escala de Lickert	A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.	As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura.	A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.	Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volúmosos aos cofres públicos.
1 - Discordo Tot.	0%	0%	4%	0%
2 - Discordo	4%	7%	4%	22%
4 - Concordo	33%	41%	41%	22%
5 - Concordo Tot.	52%	48%	26%	4%
6 - Sem opinião	11%	4%	26%	52%

Fonte: Próprio Autor (2017)

Prosseguindo, no enunciado 3 (A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.), 54% concordam e 31% concordam totalmente (85% concordam), sendo 15% sem opinião. Na mesma faixa etária, em relação a Afirmação 4, 15% dos respondentes 15% concordam e 8% concordam totalmente (23% concordam). O mesmo percentual dos respondentes 15% discorda totalmente e 8% discorda (23% discordam). Enfatizamos que mais da metade dos entrevistados (54%) declaram não ter opinião. Ao questionar tal escolha, as respostas, nesta faixa etária, um agricultor afirma que “a gente não pode afirmar porque não está dentro da prefeitura, mas a gente sabe que eles lá fazem tudo que mandam eles fazer”. Nas outras faixas etárias quando inquiridos pela pesquisadora, alegaram que seria melhor não comentar sobre isso.

Na Tabela 3 (Faixa Etária 40-49 anos), no que tange à primeira afirmativa (A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município), é similar à primeira faixa etária: 33% dos respondentes concordam e 52% concordam totalmente (85% concordam). No total, 11% afirmam não ter opinião formada sobre o assunto.

Na afirmativa 2 (As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura), 41% concordam e 48% concordam totalmente (89% concordam), novamente um alto grau de concor-

dância. Ressaltamos que apenas 4% declara não ter opinião.

No que tange à terceira afirmação (a prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.), 41% concordam e 26% concordam totalmente (67% concordam). Ou seja, há o entendimento de que o poder público municipal atende a interesses privados (das organizações) antes dos interesses públicos. No total, 26% afirmam não ter opinião.

E por fim, em relação à quarta afirmação (Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volumosos aos cofres públicos.), 22% dos respondentes concordam, sendo que e o mesmo percentual dos respondentes 22% discorda. O que impressiona é que 52% dos entrevistados declararam não ter opinião. Ao pesquisarmos na mídia local não encontramos notícias sobre estes custos. Durante a entrevista com um redator de um jornal da região, o mesmo declarou que os dados sobre gastos da saúde com usuários de cigarro, bem como sobre número de mortes no Brasil - publicados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) e oela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)- são considerados tendenciosos e “não científicos”.

A quarta tabela, abaixo, expõe dados de respondentes entre 50 e 59 anos. Observa-se que na primeira afirmativa, 77% concordam (10% concordam e 67% concordam totalmente) e 19% não têm opinião. Ao mesmo tempo, em re-

Tabela 4- Faixa Etária 50-59 anos

Afirmativa Esala de Lickert	A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.	As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura.	A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.	Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volumosos aos cofres públicos.
1 - Discordo Tot.	5%	0%	0%	24%
2 - Discordo	0%	0%	0%	0%
4 - Concordo	10%	48%	57%	10%
5 - Concordo Tot.	67%	43%	24%	0%
6 - Sem opinião	19%	10%	19%	67%

Fonte: Próprio Autor (2017)

lação à afirmativa 2 há uma alta concordância: 91% (48% concordam e 43% concordam totalmente). Destes, 10% declararam não ter opinião.

O que se destaca na quarta tabela é a “não opinião, na quarta afirmativa: 67 %. Tal situação ressalta, conforme um agricultor, a falta de vontade de buscar informações e debater sobre o tema da saúde público, em especial em relação aos gastos gerados para o sistema público de saúde. Para ele “a gente no fundo sabe de tudo isso, mas não tem nem tempo, nem vontade, porque vai contra o nosso sustento” (Agricultor 50, 56 anos).

A última faixa etária, representada na Tabela 5, releamos algumas contradições. Se por um lado, na primeira afirmação “a prefeitura recebe apoio das empresas para desenvolver o município”, 80% concordam, sendo 20% sem opinião; e 100 % acredita que “a prefeitura sempre aceita o que a indústria exige” (afirmativa 2), se conclui que a ideia do Estado submetido aos interesses privados.

De forma contraditória, verifica-se na primeira afirmativa demonstra um alto grau de concordância: 80 % concordam que “as empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura”.

No intuito de pensar a homogeneidade das afirmações, a Tabela 6 engloba todas as faixas etárias e exhibe uma concepção conflituosa de relação entre Estado, organizações e interesse público.

Conforme verificamos, as respostas sobre as duas primeiras afirmativas enfatizam uma naturalização do discurso econômico como necessidade principal para a região, aceitando-se, inclusive, que o poder municipal aceite favores e submeta-se à indústria do tabaco. A terceira afirmativa reforça tal sujeição.

Tabela 5- Faixa Etária 60-69 anos

Afirmativa	A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.	As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura.	A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.	Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volumosos aos cofres públicos.
1 - Discordo Tot.	0%	0%	0%	10%
2 - Discordo	0%	0%	0%	20%
4 - Concordo	40%	60%	60%	20%
5 - Concordo Tot.	40%	30%	40%	20%
6 - Sem opinião	20%	10%	0%	30%

Fonte: Próprio Autor (2017)

Tabela 6 – Visão Geral – Todas as Faixas Etárias

Afirmativa	A prefeitura recebe apoio das empresas fumageiras para desenvolver o município.	As empresas fumageiras são um bom exemplo a ser seguido por outras empresas do município e pela prefeitura.	A prefeitura sempre aceita o que a indústria exige.	Os custos das doenças causadas pelo tabagismo são volumosos aos cofres públicos.
Escala de Lickert				
1 - Discordo Tot.	4%	0%	1%	11%
2 - Discordo	1%	3%	1%	13%
4 - Concordo	25%	46%	51%	17%
5 - Concordo Tot.	56%	44%	28%	6%
6 - Sem opinião	13%	7%	18%	54%

Fonte: Próprio Autor (2017)

Seguindo essa linha, o custo das doenças é, consequentemente, considerado não é objeto de debate, nem temática de interesse público. É, pois, principalmente, um entrave para o desenvolvimento econômico. De acordo com um entrevistado (Jornalista 5, 40 anos), “[...] não adianta ter saúde e não ter dinheiro aqui, não tem a ver essa discussão de custos da saúde de quem fuma com a nossa região, se custa caro ou não. Aqui a gente precisa discutir incentivos para as empresas permanecerem”.

Durante o trabalho o campo, percebemos que o discurso econômico transpassa todos os atores envolvidos e justifica, em primeiro plano, a manutenção do sistema produtivo do tabaco e seus diversos encadeamentos no campo produtivo, ambiental e da saúde.

A saúde pública, considerada “estrangeira” e “duvidosa”, as percepções se formaram a partir da navegação na internet, em sites institucionais externos ao Vale do Rio Pardo (RS). Se na zona urbana é o jornal que alimenta o saber, no campo os responsáveis pela formação da opinião dos agricultores são os instrutores técnicos agrícolas, via comunicação face-a-face e o rádio (RUDNICKI, 2012; RUDNICKI in VIZER, BARICHELLO e SILVEIRA, 2016).

O medo da saída das empresas, conforme os entrevistados, está diretamente ligado à mídia local. Um entrevistado ressaltou a necessidade de uma mídia com “Mais respeito.

Que não botem tanto medo na gente, acham que isso dá certo, mas a gente vive com medo e até nem investe muito mais”. Conforme André, “A gente espera que eles nos ajudam a manter a família, a família não tá mais unida, tem medo de sair o fumo, os filhos tem medo e já não querem ficar, ficam só se não tem outra coisa melhor, né?”. (André, 36 anos). A família está aliada ao termo “segurança” e “trabalho”; a saúde e o futuro vinculados ao “medo”. Destaca outro informante que “O problema é não tem união para formar um grupo para comprar coletivo na internet, acesso tem e oportunidade de tem aí. A gente não sabe mais confiar um no outro, isso se perdeu, agora é só medo do futuro” (Márcio, 50 anos). Compreendemos que a expressão se revela não apenas como uma mudança de hábitos, de trabalho, mas de comportamento das práticas societárias. Nesse sentido, acreditamos que seria mais relevante a nós, pesquisadores e/ou militantes da área da saúde, pesquisar mais sobre duas temáticas: medo e confiança.

3. Considerações finais

Observamos que a governança corporativa se apresenta como uma rede de relações contratuais complexas, mediadas e ancoradas por relações de proximidade (amizade e parentesco) encontradas na figura do orientador técnico, aquele

que leva a informação às famílias agricultoras e media os processos de comunicação entre as organizações e os produtores rurais. A partir das relações de amizade e confiança, que mantêm ainda conectados os agricultores às empresas, detectamos que, no imbricamento entre os contratos formais e informais, permeados por mecanismos de controle e baseados em sanções, vem sendo gerenciado e mantido o Sistema Integrado de Produção das empresas de tabaco no Rio Grande do Sul. Tal sistema reverbera, seja a partir de funcionários das organizações de tabaco, ou produtores integrados a elas, a defesa (justificação) da supremacia do econômico sob o bem comum e as questões de interesse público. Os argumentos relacionados à saúde humana e ao meio ambiente tendem a encontrar poucos espaços para debate e veiculação.

A mídia é questionada, a validade dos dados apresentados pelos órgãos de saúde pública também. O que vem de “fora” é suspeito. O trabalho familiar é mais confiável do que aqueles que o condenam. Aspiram os sujeitos que a produção de notícias (a prática jornalística) seja imparcial. Espera-se, também, que a produção da notícia seja a partir da sociedade, que o interesse público seja uma força motora do jornalismo.

Os entrevistados revelaram conhecer o assunto da saúde pública, entretanto, dispensaram discussões ou informações sobre a mesma. Segundo eles, a saúde representa uma ameaça ao setor. Reforçamos a importância para os pesquisadores e/ou militantes da área da saúde, pesquisar mais sobre as temáticas do medo e das relações de confiança.

Ao mesmo tempo, o Sistema firma as relações a partir de contratos formais, assinados pelos fumicultores na adesão aos contratos formais. O contrato formal passa a ser, então, considerado instrumento de controle que objetiva mitigar ou enfrentar possíveis comportamentos oportunistas e reporta os atores a uma situação de não negociação perante as empresas. Se os contratos representam um instrumento que busca diminuir a margem de risco, a desconfiança pode ser considerada custo de transação, e a atuação do orientador pretende substituir a ligação direta do agricultor com a organização, através de uma relação social concreta, caracterizada pela confiança. Os instrutores técnicos apresentaram-se, então, como os principais atores na manutenção do Sistema de Produção Integrada, tendo em vista as relações

de proximidade consolidadas entre o instrutor e a família produtora de tabaco. Nesse sentido, as relações de confiança entre os atores, entidade e organizações têm se modificado nos últimos anos, já que a frequência das visitas dos técnicos agrícolas tem sido menor, e estes técnicos têm circulado por regiões distintas de suas origens.

Os sujeitos vivem, concomitantemente, a tradição do tabaco e o medo do futuro, tendo em vista as políticas públicas, hoje não mais estimuladas pelo Estado, que visam a restrição e a diversificação produtiva das regiões que cultivam o fumo.

Em 2015 a Convenção-Quadro do Controle do Tabaco (CQCT) completou 10 anos. O Brasil, ao assinar este tratado internacional de saúde pública, assim como os demais países signatários – comprometeu-se a tomar medidas para o controle e o estímulo à redução espontânea do consumo de cigarros e assemelhados, bem como a implementar políticas destinadas a salvaguardar as famílias cuja subsistência, hoje, depende da produção do tabaco. Esse compromisso implica ainda a geração de oportunidades para diversificação da produção e melhoria das condições de trabalho, saúde e gestão ambiental nas áreas dedicadas ao cultivo desse produto.

Já o Sistema de Produção Integrada completará 100 anos em 2018. A transnacional Souza Cruz Tabacos iniciou um sistema que, até hoje, organiza a produção do fumo no Brasil, inclusive sendo utilizado em outros cultivos e países produtores.

Nesse ínterim, encontramos órgãos voltados à saúde pública que assumem o tema saúde pública como sendo de inquestionável interesse público e evidenciam os danos sociais, culturais e econômicos que o tabaco gera à saúde pública (seja para os que trabalham na sua produção, seja para seus consumidores). Discursivamente, os representantes de saúde pública desqualificam as organizações da cadeia produtiva do tabaco. Também as organizações do setor tabagista também tornam presente a ideia do interesse público, desqualificam e negam a presença da saúde. A estratégia na mídia se refere ao argumento da liberdade individual de escolha, ou seja, o direito de os sujeitos poderem optar por fumar ou não, plantar ou não e, com isso, apresentam-se como isentas de responsabilidade sobre tal decisão.

Por isso buscamos estudar a conformação de uma prática discursiva e não um discurso isolado, pois este não é algo claro. O lugar do sujeito vai desencadeando, no decorrer das

relações, a formação das ideias; as suas relações vão sendo tensionadas e, muitas vezes, para manter determinadas “verdades” e “medos”, ambos, neste caso, relacionados a formação discursiva do desenvolvimento econômico. Entendemos que, se um afeto negativo, como o medo, proporciona uma diminuição na potência de agir, uma forma de mecanismo de controle social ou como um hábito arraigado frente a uma ameaça. No caso das famílias rurais conectadas ao plantio do tabaco, assim como a veracidade dos fatos na mídia é questionada, a validade dos dados dos órgãos de saúde pública também.

Referências bibliográficas

Associação dos Fumicultores do Brasil (2016, Junho 10). Perfil do fumicultor. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/perfil-fumicultor.html>

BALDISSERA, R. (2004). Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação. (Tese de doutoramento não publicada) PUC-RS, Brasil.

BALDISSERA, R., & SARTOR, B., & SCHNEIDER, C. (2015). A mídia e o debate público sobre controle do tabaco: entre a saúde e a economia. *Rev. Comum. Midiática* (online), 10, 2, 12-27.

BOBBIO, N. (2012). Estado governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra.

CHAUÍ, M. (1987). Sobre o medo. In: NOVAES, A. Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras.

DELAMEAU, J. (1996). História do medo no ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.

FOUCAULT, M. (2013). A ordem do discurso. São Paulo: Loyola.

FOUCAULT, M. (2008). Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LEVI, D., & ALMEIDA, L. M., & SZKLO, A. (2012). The

Brazil SimSmoke Policy Simulation Model: The Effect of Strong Tobacco Control Policies on Smoking Prevalence and Smoking-Attributable Deaths in a Middle Income Nation. *PLOS Medicine*. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001336>. Disponível via B-on em: <http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371%2Fjournal.pmed.1001336>

MARQUES, A. C. S., & MAFRA, R.L.M. (2013). Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. In: *Organicom*, 10, 72-84.

NOVAES, A. (1987). Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras.

RUDNICKI, C. P. S. (2012). As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil. (Tese de doutoramento não publicada) UFRGS, Brasil.

SIMÕES, R. P. (1993). Relações Públicas: função política. São Paulo: Summus.

SODRÉ, M. (2002). Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes.

SPINOZA, B. (2013). Ética. Belo Horizonte: Autêntica.

VIZER, E. BARICHELLO, E., & SILVEIRA, A.C. (2016). Rural Conectado: mídia e processos sociotécnicos no Brasil e Argentina. Santa Maria, RS: Facos-UFSM.

WEBER, M. H. (2006). Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, R., & CASTRO, M. C. (Org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1, 117-136.

Publicações dos Autores

Carlise Schneider Rudnicki

ALVES, D. A.; [Rudnicki, Carlise Schneider](#). Bandeira arco-íris e violência doméstica nas novelas *Insensato Coração* e

Fina Estampa: limites do merchandising social na disputa por espectadores. *Líbero (FACASPER)*, v. 19, p. 91-99, 2017.

ZANCHI, V.; RUDNICKI, Carlise Schneider ; ETGES, V. E. . Roteiros de Turismo Rural: conflitos e contradições na região do Vale do Taquari/RS. *REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, v. 13, p. 102-118, 2017.

[Rudnicki, Carlise Schneider](#). Nós, os outros e a mídia: debates sobre saúde e extensão técnica agrícola no campo do tabaco. In: Nísia Martins do Rosário; Alexandre Rocha da Silva. (Orgs.). *Pesquisa, comunicação, informação*. Ied. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016, v. 1, p. 293-308.

[Rudnicki, Carlise Schneider](#); ZANCHI, V. Comunicação, turismo e Confiança: processos de participação social em regiões rurais. *Revista Cadernos de Comunicação*, v. 20, p. 13-31, 2016.

BALDISSERA, R.; Sartor, Basilio; [Rudnicki, Carlise Schneider](#) . A mídia e o debate público sobre o controle do tabaco: entre a saúde e a economia. *Revista Comunicação Midiática (Online)*, v. 10, p. 12-27, 2015.

[Rudnicki, Carlise Schneider](#). Que desencantamento do mundo? Comunicação, organizações e processos de racionalização no meio rural. In *Texto (UFRGS. Online)*, v. 34, p. 342-361, 2015.

Verenice Zanchi

ZANCHI, V.; SOUZA, M. B. ; COSTA, J. P. R.. A centralidade da Agricultura Familiar nas questões relacionadas à sustentabilidade do meio ambiente em pequenas propriedades rurais. *ÁGORA (UNISC. ONLINE)*, v. 19, p. 64-74, 2017.

ZANCHI, V.; RUDNICKI, Carlise Schneider ; ETGES, V. E. . Roteiros de Turismo Rural: conflitos e contradições na região do Vale do Taquari/RS. *REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, v. 13, p. 102-118, 2017.

SOUZA, M. B.; ZANCHI, V.. Antagonismos entre planejamento e políticas públicas, a partir da justaposição de regionalizações: o caso do estado do Rio Grande do Sul/Brasil. *NOVOS CADERNOS NAEA*, v. 20, p. 91-110, 2017.

RUDNICKI, Carlise Schneider; ZANCHI, V.. Comunicação, turismo e confiança: processos de participação social em regiões rurais. *Revista Cadernos de Comunicação*, Santa Maria, v.20, n.3, art 1, p.13 de 31, set/dez.2016.

ZANCHI, V.; ETGES, V. E. ; KARNOPP, E. . Roteiros de Turismo Rural na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari - RS. *Revista Campo - Território*, v. 9, p. 672-694, 2014.

ZANCHI, V.; ETGES, V. E.. O alimento como estratégia de atração turística nos Vales do Rio Pardo e Taquari - RS. In: Rut Maria Marquette e João Serafim Tusi da Silveira. (Org.). *Produtos agroalimentares e desenvolvimento regional*. Santo Ângelo: FuRI, 2016, v. II, p. 361-374.

SOUZA, M. B. ; ZANCHI, V. . Desenvolvimento urbano: planejamento, cidadania e democracia. In: COSTA, Marli Marlene Moraes da; LEAL, Mônica Clarissa Hennig. (Org.). *Políticas públicas e demandas sociais: Diálogos Contemporâneos II.. 1ªed.*Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016, v. II, p. 410-430.